



## Comissão de Assuntos Sociais aprova genéricos para uso veterinário 7

Niura Demarchi (E) durante reunião da CAS: inspirado na experiência com medicamentos genéricos de uso humano, projeto pode reduzir preço e aumentar confiabilidade para remédios destinados a animais

# JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVI – Nº 3.300 – Brasília, quinta-feira, 2 de setembro de 2010

## Liberdade mais distante para autores de crimes hediondos

Proposta aprovada pela CCJ eleva para quatro quintos do total o tempo mínimo de cumprimento de pena para que condenados por crimes bárbaros tenham direito a livramento condicional

A decisão da Comissão de Constituição e Justiça é terminativa, significando que o projeto seguirá para a

Câmara dos Deputados caso não seja apresentado requerimento para votação em Plenário. Atualmente, o artigo 83 do Código

Penal determina que o juiz poderá conceder liberdade condicional ao condenado a pena de prisão igual ou superior a dois

anos, desde que tenha cumprido mais de dois terços em casos de crime hediondo, terrorismo e tráfico de drogas. 3



## Sarney recebe presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos

Recém-empossado, Santos (E, com Sarney) afirmou que escolha do Brasil como primeiro destino internacional demonstra importância da aproximação entre países. 2



Encabeçada por Alvaro Dias (E), oposição não superou governistas, liderados por Romero Jucá

## Rejeitada convocação de Mantega para falar sobre vazamentos na Receita

Senadores governistas barraram na Comissão de Constituição e Justiça proposta da oposição de convocar o ministro

da Fazenda, Guido Mantega, para esclarecer vazamentos de dados, na Receita Federal, de pessoas ligadas ao PSDB. 5

Impasse sobre cota para candidatas adia mudanças eleitorais na CCT 4

Vai a Plenário pedido de prorrogação da CPI do MST 5

Educação profissional pode ser financiada por fundo 6

Alimentação especial para alunos da rede pública 7

CPC deve servir a todos os segmentos, diz relator 8

Na primeira viagem internacional após a posse, Juan Manuel Santos ressalta importância conferida ao Brasil e necessidade de aproximação entre os dois países

## Sarney elogia Colômbia ao receber novo presidente

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, recebeu ontem o presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, em sua primeira visita internacional desde que tomou posse, no início de agosto. Segundo o colombiano, essa escolha demonstra a importância conferida ao Brasil e à necessidade de aproximação e trabalho conjunto entre os dois países.

– Queremos unir esforços com o Brasil – disse.

Santos mencionou a importância estratégica brasileira, um país a seu ver admirável, com dinamismo econômico e político e que possui uma democracia sólida. Ele citou as similaridades e afinidades e os campos potenciais para elevar a cooperação entre os dois países, como a produção energética, e reforçou seu apreço pela democracia e pela liberdade.

– Temos interesses comerciais e geopolíticos e princípios que compartilhamos, como o amor pela liberdade – afirmou.

Sarney agradeceu a deferência e se disse satisfeito com o fato de o Brasil ser o primeiro país visitado pelo novo presidente. Também ressaltou a total solidariedade do Parlamento com a luta colombiana contra o narcotráfico e o terrorismo. O senador elogiou o país, sua literatura e, principalmente, o esforço do presidente anterior, Álvaro Uribe, do qual Santos foi ministro da Defesa, para restaurar o clima de ordem na Colômbia.

Sarney se desculpou em nome do presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, que não pôde receber Juan Manuel Santos por estar em campanha eleitoral. Também estiveram presentes na cerimônia no Salão

Nobre do Senado os senadores Magno Malta (PR-ES), Roberto Cavalcanti (PRB-PB), Belini Meurer (PT-SC) e Selma Elias (PMDB-SC).

### Comércio

A assinatura, em dezembro de 2003, do acordo de complementação econômica entre Brasil e Colômbia proporcionou incremento considerável no volume do comércio bilateral, que passou de US\$ 747 milhões para US\$ 3,12 bilhões em 2008, sempre com vantagens para o Brasil. As exportações brasileiras somaram US\$ 1,8 bilhão em 2009 e US\$ 1,1 bi de janeiro a julho de 2010. Já as importações atingiram US\$ 544 milhões nos primeiros sete meses do ano, quase o valor total de 2009, quando foram registradas compras no valor de US\$ 567 milhões.



José Sarney (D) recebe o presidente Juan Manuel Santos, que destaca similaridades entre Brasil e Colômbia

## Problemas de migrantes preocupam Parlasul

A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do Parlamento do Mercosul (Parlasul) decidiu ontem, em Brasília, apresentar na próxima sessão plenária do colegiado um requerimento de preferência para a proposta de criação de uma comissão permanente destinada a acompanhar a situação de migrantes provenientes de países que integram o bloco.

Apresentada pelo senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), a proposta encontra-se na Mesa Diretora do Parlasul. Entre as opções em análise no parlamento, mencionou, estão as de se estabelecer uma comissão temporária para tratar do tema ou mesmo uma subcomissão, ligada à Comissão de Cidadania e Direitos Humanos.

Na opinião do senador, o episódio do massacre de migrantes clandestinos na fronteira entre o México e os Estados Unidos – no qual morreram dois brasileiros – demonstra a necessidade de um acompanhamento constante da situação de cidadãos dos países do Mercosul que buscam a sorte em outras regiões do mundo.

– Somente uma comissão permanente teria a autoridade necessária para tratar desse tema e estabelecer uma interlocução com o Parlamento Europeu e parlamentos de outros países importantes, como os Estados Unidos e o México – disse Mesquita Júnior, após lembrar que recentemente a Itália e o estado norte-americano do Arizona aprovaram leis muito duras con-

tra os imigrantes clandestinos.

A decisão de sugerir a votação da proposta na próxima plenária teve o apoio da senadora paraguaia Mirtha Palacios.

### Frente parlamentar

A comissão aprovou ainda proposta de disposição, apresentada por Mirtha e pelo presidente da representação paraguaia no Parlasul, Alfonso González Núñez, de criação da Frente Parlamentar do Mercosul pela Infância e pela Adolescência. Os dois parlamentares lembraram que ainda prevalecem “condutas marginais de toda espécie, maus-tratos e violência doméstica”. Presente à reunião da comissão, a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) pediu para integrar a futura frente.

## Presidente do Inkra pede reforço no orçamento do instituto

Em visita a José Sarney, o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inkra), Rolf Hackbart, pediu apoio do Congresso para reforçar o orçamento do órgão para 2011. De acordo com Hackbart, a proposta orçamentária

não atende às necessidades do Inkra.

Como exemplo, ele cita a carência de recursos para a criação de assentamentos rurais. No projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2011, estão previstos R\$ 4 bilhões

para o Inkra, dos quais apenas R\$ 600 milhões podem ser usados na obtenção de terras para reforma agrária. Segundo Hackbart, seria necessário R\$ 1,2 bilhão para esse fim.

Para ele, também é preciso reforço no orçamento do Inkra

para o desenvolvimento de agricultores assentados.

– Nossa grande demanda é em infraestrutura, agroindústria, crédito e assistência técnica – afirmou.

Sarney prometeu analisar as demandas.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário Caatinga como patrimônio nacional

14h O Plenário realiza sessão deliberativa. A pauta de votações do Plenário tem como um de seus itens proposta de emenda constitucional que inclui a Caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.

### Mídias digitais Workshop

9h “Relevância das mídias digitais na comunicação com o cidadão” é o tema do 1º Workshop de Mídias Digitais do Senado Federal. O debate será mediado pelo diretor da Consultoria Bites, Manoel Fernandes.

### CPC Debate no Recife

9h Audiência pública, no Recife, da comissão destinada a examinar projeto que reforma o Código de Processo Civil com os presidentes da OAB-PE, Henrique Neves Mariano; da Associação dos Magistrados de Pernambuco, Emanuel Bonfim Carneiro Amaral Filho; o representante da Associação dos Magistrados Brasileiros, desembargador Frederico de Almeida Neves; e o vice-presidente da Associação dos Magistrados de Pernambuco Danilo Galvão Martiniano Lins, entre outros.

**SESSÃO ONLINE:** a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço [www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp](http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp)

### Adiamento

Por razões técnicas, os discursos de senadores proferidos em Plenário após as

19h de ontem serão publicados somente na edição de amanhã.

## Projeto permite que transexuais alterem o nome na certidão

A Agência Senado quer saber a opinião dos leitores a respeito do projeto (PLC 72/07) que permite aos transexuais alterar o registro civil para que o nome usado socialmente conste na certidão. Esse é o tema da enquete promovida durante o mês de setembro em parceria com a Secretaria de Pesquisa e Opinião do Senado (Sepop).

O projeto tramita no Senado e já tem voto favorável da relatora, Fátima Cleide (PT-RO), na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), de onde seguirá ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposta altera o art. 58 da Lei de Registros Públicos (Lei 6.015/73) para tornar possível a substituição do prenome quando a pessoa for reconhecida como transexual, mesmo sem ter sido operada para mudar de sexo. Atualmente, essa lei permite a troca de nomes quando a pessoa estiver sendo ameaçada por ter colaborado na apuração de crime ou quando é conhecida por apelido público notório.

O então deputado Luciano Zica, autor da proposta, argumenta que “homossexualidade e bissexualidade, assim como heterossexualidade, se referem apenas à orientação sexual do indivíduo. A transexualidade se refere à identidade de gênero”.

### Participação

Temas polêmicos provocam intensa participação dos internautas nas enquetes da Agência Senado. Foi o caso do projeto que pune a homofobia, que recebeu mais de 465 mil votos, 52% contrários à proposta.

Já o projeto que acaba com o exame da Ordem dos Advogados do Brasil como condição para o exercício da profissão teve mais de 167 mil votos, 94,3% deles favoráveis ao fim da prova. Neste ano, foram realizadas enquetes sobre proibição de fumo em locais fechados, progressão de pena em crimes hediondos, extensão da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para domésticos, doações eleitorais, liberação da ortotanásia e fim do desconto do vale-transporte.



Rolf Hackbart

Iniciativa aumenta de dois terços para quatro quintos o mínimo de cumprimento da pena para que os condenados pela prática de delitos de natureza hedionda tenham direito a livramento condicional



Para o relator, Demostenes Torres, projeto aprovado pela Comissão de Justiça "faz um bem enorme à sociedade" e permitirá um controle mais efetivo do condenado

## Mais tempo na cadeia por crime hediondo

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deu ontem o primeiro passo para dificultar o livramento condicional dos condenados por crimes hediondos: aprovou projeto que aumenta de dois terços (66%) para quatro quintos (80%) o cumprimento mínimo da pena dos condenados em regime fechado, antes de poderem se beneficiar da liberdade condicional. A decisão é terminativa e seguirá para a Câmara se não houver recurso para votação em Plenário.

Atualmente, o artigo 83 do Código Penal determina que o juiz poderá conceder livramento condicional ao condenado a pena privativa de liberdade igual ou

superior a dois anos, desde que tenha cumprido mais de dois terços, nos casos de condenação por crime hediondo, prática de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, e terrorismo. Essa regra só pode ser aplicada se o apenado não for reincidente.

O autor do projeto (PLS 249/05), senador Hélio Costa (PMDB-MG), pretendia acabar com a condicional em caso de crimes hediondos. Isso, entretanto, não seria possível dado o princípio firmado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) de que o juiz tem a prerrogativa de determinar a extensão da pena para cumprir o objetivo de ressocializar os condenados.

Esse entendimento do STF deu-

se em ação que questionava a redação original da lei dos crimes hediondos (8.072/90), pela qual o condenado deveria cumprir pena integralmente em regime fechado, não tendo, assim, direito à progressão para o regime semiaberto ou aberto.

Segundo Hélio Costa, vários senadores, reconhecendo que a concessão pode representar elevado risco à sociedade, apoiaram uma proposta intermediária.

"Essa permissividade redundava na banalização da própria sentença. De que vale o juiz ou o tribunal do júri condenar o criminoso, sendo que, logo adiante, ele será solto para cumprir em liberdade uma parte significativa da pena?"

Isso não seria justiça inteira, no máximo dois terços de justiça", avalia o autor.

O relator na CCJ, senador Demostenes Torres (DEM-GO), apresentou parecer favorável.

– A proposta faz um bem enorme à sociedade. Teremos um controle mais efetivo do condenado – afirmou, lembrando que o beneficiado deve estudar ou trabalhar e permanecer em casa à noite, além de comparecer periodicamente à Justiça.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) votou contra por considerar que o projeto "se volta unicamente à repressão, sem levar em conta a reintegração social do apenado".

## Estudo poderá garantir ao preso direito a redução da pena

Os condenados em regime fechado ou semiaberto que decidirem estudar podem ter redução de pena, na razão de menos um dia de prisão para cada 12 horas de frequência escolar. É o que estabelece o substitutivo a projeto de lei do Senado aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A matéria passará ainda por um turno suplementar de votação e, se confirmada a aprovação, seguirá diretamente para o exame da Câmara dos Deputados, caso não

seja apresentado recurso para sua apreciação pelo Plenário do Senado.

O relator na CCJ, senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), recomendou a aprovação do substitutivo que havia sido apresentado pelo senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Três projetos focados na ressocialização de presidiários por meio de estudo tramitavam em conjunto: o PLS 265/06, do sena-

dor Cristovam Buarque (PDT-DF); o PLS 230/08, do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE); e o PLS 164/07, do senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

As mudanças deverão ser feitas na Lei da Execução Penal (LEP), que já prevê a remição da pena à razão de um dia a menos de encarceramento por três dias de trabalho do presidiário. Segundo a proposta, o presidiário poderá desenvolver o estudo de forma presencial ou pelo método a distância.

A Comissão de Justiça também aprovou ontem requerimento da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) propondo a realização de audiência pública sobre a contratação do Banco do Brasil, sem licitação, para prestar serviços bancários a governos estaduais, entre eles o de Tocantins.

A senadora sugeriu a participação no debate do presidente do BB, Aldemir Bendine, e do advogado Raphael Queiroz de Moraes Miranda, ligado ao Escritório de Advocacia Sergio Bermudes.

## Indicação de Cleonilson Nicácio vai ao Plenário

O tenente-brigadeiro do ar Cleonilson Nicácio Silva, indicado pelo presidente da República para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM), poderá ocupar a vaga decorrente da aposentadoria do ministro Flávio de Oliveira Lencastre. Aprovada ontem pela CCJ, a indicação vai ser submetida ao Plenário.

O relator, Marco Maciel (DEM-PE), apresentou à comissão o currículo e a experiência profissional do indicado. Formado em Administração de Empresas pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (Uniceub), Nicácio tem ainda especialização em Análise Organizacional e em Planejamen-



Cleonilson Nicácio Silva deve ocupar vaga no STM de Flávio Lencastre

to e Administração de Recursos Humanos. Na Força Aérea Brasileira, ingressou como aluno da Escola Preparatória de Cadetes do Ar em 1965. O currículo do candidato foi elogiado pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) e Alvaro Dias (PSDB-PR).

## CCJ aprova Marcus Vinícius Santos para cargo de ministro

A indicação presidencial do nome do almirante de esquadra Marcus Vinícius Oliveira dos Santos ao cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM) foi aprovada ontem por unanimidade pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O militar deverá ocupar a vaga decorrente da aposentadoria do ministro Rayder Alencar da Silveira. A indicação segue agora ao exame do Plenário.

O relator e presidente da CCJ, Demostenes Torres (DEM-GO), ressaltou os 47 anos de serviços prestados à Marinha pelo almirante.

O militar fez um breve relato sobre sua trajetória profissional,



Marcus Vinícius Oliveira dos Santos teve aprovação unânime na comissão

salientando ter passado cerca de 5.500 dias a bordo de navios. Além de ter servido como adido naval na Inglaterra, na Suécia e na Noruega, o almirante destacou o fato de ter comandado o 4º Distrito Naval, sediado em Belém, quando pôde conhecer a fundo a região amazônica.

## José Nery alerta para violência em Anapu

José Nery (PSOL-PA) alertou ontem para a eclosão de novos conflitos entre assentados e madeireiros na região de Anapu, oeste do Pará. Na mesma região, em 2005, a missionária Dorothy Stang foi assassinada a mando de um fazendeiro.

O senador leu documento que recebeu da paróquia de Anapu a respeito do caso. De acordo com o texto, a população local, que zela pelos projetos de desenvolvimento sustentável patrocinados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), tem entrado em conflito com madeireiros fortemente armados, que retiram da floresta vários tipos de madeira nobre.

As famílias da região, ainda de acordo com o relato apresentado por Nery, estariam sofrendo ameaças de morte. A paróquia de Anapu denuncia conivência do governo do Pará e do próprio Ibama, que, cientes do problema, nenhuma providência teriam tomado.

– Exigimos uma atuação imediata – disse o senador.

## Eduardo Suplicy lamenta morte de imigrantes no México

Eduardo Suplicy (PT-SP) lamentou ontem a chacina ocorrida há uma semana no México, na qual foram mortas 72 pessoas que tentavam ingressar nos Estados Unidos pela fronteira entre os dois países. Até agora, foram identificados os corpos de dois brasileiros entre as vítimas. Ambos residiam na zona rural do município de Governador Valadares (MG).

Em seu discurso, Suplicy defendeu o livre trânsito de pessoas de todas as nacionalidades e manifestou esperança de que o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, acabe com a construção de um muro que vai separar os Estados Unidos do México. O senador também cobrou o fim do bloqueio comercial imposto pelos Estados Unidos a Cuba e defendeu que o programa Renda Básica de Cidadania, de sua autoria, seja implantado "do Alasca à Patagônia".

## Papaléo alerta para manipulação de pesquisas

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) denunciou ontem manipulação de pesquisas eleitorais nos estados da região Norte. Ele disse que uma empresa de Belém, contratada por um grande instituto, pediu R\$ 1 milhão ao candidato ao governo do Amapá por seu partido, Jorge Amanajás. A conversa, segundo o parlamentar, foi gravada e levada ao conhecimento do instituto contratante da pesquisa, cujo nome não citou.

Papaléo disse que, em 2000, quando concorreu à prefeitura de Macapá, uma empresa de Fortaleza lhe pediu R\$ 120 mil para assegurar melhor colocação em pesquisa realizada para um grande instituto.

Para o senador, as pesquisas produzem grande influência na escolha do eleitor e, por isso, deveriam ser realizadas com muito rigor técnico e seriedade. Papaléo considerou “um grande crime” o que esses institutos estão fazendo com os estados do Norte.

Em aparte, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) defendeu a regulamentação das pesquisas eleitorais e afirmou que eventuais regras não violam a liberdade de informação.

– Liberdade sem responsabilidade não é liberdade – disse Mozarildo.

## Tocantins: Kátia Abreu denuncia governador

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO) informou ao Plenário que denunciou à Polícia Federal, na terça-feira, o governador do Tocantins e candidato à reeleição Carlos Henrique Gaguim por tentativa – da parte de seu grupo político – de compra de apoio de prefeitos daquele estado. No caso, a denúncia se refere à tentativa de compra do apoio do prefeito de Fortaleza do Taboão, por R\$ 300 mil.

A senadora afirmou que o governador tem usado de “chantagem explícita” para conseguir adesão dos prefeitos do Tocantins à sua candidatura.

– O governador não respeita a democracia e quer esmagar a oposição. Os municípios vivem em grandes dificuldades financeiras e, para receber verbas de convênios, os prefeitos são pressionados a anunciar apoio ao governador. Ele usa abusivamente a máquina pública, desrespeita a lei desde que tomou posse no ano passado, e transformou em atos eleitorais solenidades de governo – disse a senadora.

Kátia Abreu acusou ainda o governador e seu grupo de comprar espaço em jornais, rádios e emissoras de televisão para divulgar “anúncios” que, no fundo, são propaganda do atual governo do estado.



Na reunião da CCT, Sérgio Zambiasi (E), Renato Casagrande, Antonio Carlos Júnior, Eliseu Resende e Papaléo Paes

# Divergência adia votação de mudança em regras eleitorais

Sérgio Zambiasi pede vista de projeto de Eduardo Azeredo por questionar medidas como a que obriga os partidos a preencherem a cota de candidaturas de mulheres

**DIVERGÊNCIAS QUANTO A** novas regras eleitorais previstas no Projeto de Lei do Senado (PLS) 93/10 motivaram o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) a pedir vista da matéria na reunião de ontem da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) – adiando, desse modo, sua votação. O texto, de autoria do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), recebeu voto favorável do relator, Papaléo Paes (PSDB-AP).

Zambiasi alegou que o projeto estabelece regras que dificilmente seriam cumpridas pelos partidos caso o projeto venha a ser aprovado e transformado em lei. Entre as medidas questionadas pelo senador está a que obriga os partidos a preencherem a cota de candidaturas que devem ser ocupadas por mulheres.

– Nós sabemos o quanto é difícil preencher [com candidatas] todas as vagas determinadas

para eleições proporcionais: vereador, deputado estadual e deputado federal. A Justiça Eleitoral em alguns estados exigiu que fossem cumpridas as reservas de vagas para mulheres, o que levou os partidos a buscarem voluntárias nestas eleições. É necessário fazer uma audiência pública sobre o assunto e promover alterações, pois o projeto é complexo – avaliou.

Já o relator considera necessária essa exigência. Em seu voto favorável, Papaléo argumenta que a medida contribuirá para combater o machismo na política brasileira.

– Falta uma motivação maior para incluir a mulher na política. Sou a favor, inclusive, de que seja obrigatório o preenchimento de 50% das vagas dos partidos por homens e 50% por mulheres, para acabar com o machismo que domina a política – declarou.

Além disso, Papaléo considerava que um maior número de

mulheres na política poderia contribuir para reduzir os casos de corrupção na esfera pública e até mesmo dentro dos partidos. A proposta altera o Código Eleitoral (Lei 4.737/65) e a Lei 9.504/97.

Se aprovado pela CCT, o projeto será votado em decisão terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), seguindo então para análise da Câmara.

### Novo vice

Também ontem, o senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) foi eleito vice-presidente da CCT. Ele substituiu Edison Lobão Filho, que deixou o Senado em razão do retorno do senador Edison Lobão (PMDB-MA), titular do mandato.

Na mesma reunião, a comissão aprovou 34 projetos de decreto legislativo autorizando a exploração de serviço de radiodifusão em diversas cidades brasileiras.

## Pequena participação feminina no Legislativo preocupa Serys

Serys Slhessarenko (PT-MT) defendeu ontem, em Plenário, a ampliação da participação feminina nos parlamentos brasileiros, nos níveis federal, estadual e municipal.

Na avaliação da senadora, a ausência de mulheres no Legislativo pode comprometer os avanços das políticas públicas voltadas para esse segmento da população.

– O impacto proporcionado pela ação política do movimento feminista é responsável pela gradativa mudança de mentalidade que vem se processando na sociedade, juntamente com a implementação de políticas públicas que têm contribuído para a transformação da condição social das mulheres nas últimas décadas – disse.

Serys observou também que, devido ao fato de so-



Serys teme que ausência de mulheres afete avanço de políticas públicas

mente 13,6% dos candidatos ao Senado serem mulheres, haverá uma redução do número de senadoras para a próxima legislatura. Isso poderá dificultar, em sua opinião, o andamento das propostas em tramitação no Congresso que beneficiam as

mulheres.

De acordo com Serys, a insegurança, o desconhecimento das regras do mundo público, o condicionamento cultural e psicológico e as práticas partidárias excludentes continuam atuando sobre as mulheres, mantendo-as afastadas da estrutura formal do poder político.

A senadora apresentou ainda dados demonstrando a baixa participação de mulheres no Legislativo de vários países. No Congresso brasileiro, afirmou, há apenas 8,2% de senadoras e 12% de deputadas federais.

Serys comentou o incêndio que ocorreu na cidade de Marcelândia, no norte de Mato Grosso, a 720 quilômetros de Cuiabá. Segundo ela, o fogo atingiu 28 empresas madeireiras no setor industrial.

## Nery comemora impugnação de Roriz pelo TSE

José Nery (PSOL-PA) comemorou a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que, na terça-feira, por 6 votos a 1, barrou a candidatura de Joaquim Roriz (PSC) ao governo do Distrito Federal com base na Lei da Ficha Limpa. Para José Nery, Joaquim Roriz – que deve recorrer da decisão ao Supremo Tribunal Federal (STF) – “não é digno do voto do povo”.

– Esperamos que o STF, no contexto da decisão tomada pelo Parlamento quando da aprovação do Ficha Limpa, não permita nenhum retrocesso.

A candidatura de Roriz foi impugnada por ele ter renunciado ao mandato de senador, em 2007, para escapar de cassação. A polícia flagrou conversa telefônica em que ele discutia a partilha de R\$ 2 milhões, que seriam propina. Roriz alega que discutia sobre a compra de uma bezerra.



Na avaliação de José Nery, Roriz não é digno do voto do povo

## ACM Júnior quer debater BNDES com o governo

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) lamentou que o governo não queira confrontar ideias, referindo-se às críticas do presidente Lula, do ministro da Fazenda, Guido Mantega, e do presidente do BNDES, Luciano Coutinho, às análises que a oposição vem fazendo sobre a atuação do banco.

– O governo diz que o BNDES tem sido eficaz; que as taxas de juros cobradas são as indicadas e que suas escolhas para aporte de recursos são as mais corretas. Será isso mesmo? O BNDES cumpre bem o seu papel? É de se perguntar, mais uma vez: a que custo? Com que critérios?

Antonio Carlos Júnior reconheceu que o BNDES é vital para o fomento da capacidade produtiva, mas disse que cabe à oposição indagar se a instituição cumpre seu papel.



Senador lembra que até o presidente Lula condenou críticas da oposição

O líder do governo Romero Jucá garantiu que, caso o pedido de convocação fosse substituído por um convite, ministro compareceria à CCJ

# Quebra de sigilo: convocação de Mantega não passa em comissão

POR 11 VOTOS a 8, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) decidiu ontem não convocar o ministro da Fazenda, Guido Mantega, para prestar informações sobre o vazamento de dados fiscais do vice-presidente do PSDB, Eduardo Jorge Caldas Pereira, e de outros dirigentes da oposição.

O líder do governo Romero Jucá (PMDB-RR) afirmou que a base governista votaria a favor da proposta de ouvir Mantega, caso o pedido de convocação fosse alterado para convite. A convocação deve ser atendida obrigatoriamente, enquanto o convite não implica compromisso de aceitação.

– Falei com o ministro Mantega e ele está à disposição para comparecer através de convite, pois não tem nada a esconder. Não vamos concordar com a convocação, pois é uma tentativa de se achar um bode expiatório para o fato – observou Jucá, segundo o qual, a pedido do próprio governo, as violações de sigilo estão sendo investigadas pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal.

Mas Alvaro Dias (PSDB-PR), autor do requerimento de convocação, não concordou com a proposta de Jucá.

– A convocação é fundamental, pois temos feito convites a autoridades do governo e



Romero Jucá (ao microfone) orienta a base governista a votar contra a proposta do senador Alvaro Dias (atrás)

elas não têm comparecido – argumentou.

Pedro Simon (PMDB-RS) propôs trocar o termo convocação por convite, desde que já fosse marcada data para a audiência com o ministro.

– Podemos marcar para amanhã – sugeriu Simon.

Jucá, no entanto, não aceitou, alegando que a data teria que ser agendada previamente com Mantega.

Alvaro Dias lembrou que na terça-feira foi divulgada uma

nova quebra de sigilo fiscal, dessa vez da filha do candidato à Presidência da República pelo PSDB, José Serra.

– É inominável esta situação de avançar sobre a família e bisbilhotar a vida privada da filha do candidato, numa luta a qualquer preço pelo poder – disse.

Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou que havia informações de que a própria filha de Serra, Verônica Serra, teria solicitado a quebra de seu sigilo fiscal e que

a Receita Federal teria documentos comprovando a autorização. Alvaro Dias contestou o senador, afirmando que Serra já desmentiu que a filha tenha pedido a quebra de seu sigilo.

O presidente da CCJ, senador Demostenes Torres (DEM-GO), afirmou que a comissão requisitará à Receita o documento que Verônica teria escrito, autorizando a quebra de seu sigilo fiscal.

– Hoje mesmo mandaremos ofício pedindo o documento – avisou Demostenes.

## PSDB pedirá ao TSE que apure vazamento, afirma Alvaro Dias

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentou ontem declaração do 16º Tabela de Notas de São Paulo que comprova a falsificação da assinatura da empresária Verônica Serra, filha do candidato do PSDB à presidência da República, José Serra, na procuração apresentada em nome dela à Receita Federal. O documento falso foi usado para a quebra do sigilo fiscal de Verônica. Alvaro Dias adiantou que o PSDB entrará com um pedido de investigação junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para apuração de responsabilidades no caso.

– No Brasil, a espionagem é revelada, a violação de sigilo fiscal é

comprovada, a afronta à Constituição federal é reiterada e desdenham da democracia – afirmou.

Alvaro Dias disse estar impressionado com a passividade diante de fatos “gravíssimos cometidos em cenário de impunidade absoluta”, que deveriam estar provocando enorme indignação no país.

O senador lamentou ainda que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) tenha rejeitado a convocação do ministro da Fazenda, Guido Mantega, para depor sobre a violação de sigilo fiscal na Receita Federal.

– Há interesse político explícito. O que o governo precisa esconder?

## Violação de sigilo é ameaça à democracia, diz Marisa Serrano

A quebra do sigilo fiscal de pessoas ligadas ao PSDB ou a políticos da oposição constitui “terrorismo de Estado”, que ameaça a manutenção da democracia no Brasil. A afirmação é da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), para quem o governo Lula “está flertando com um modelo de Estado policial e autoritário”.

A senadora disse não estar convencida pela tentativa do governo de tratar o caso como mero factóide eleitoral.

– Não há dúvida de que é uma ação político-eleitoral. Por isso estamos questionando a responsabilidade da candidata de Lula [Dilma Rousseff] nesses casos – afirmou.

## Fátima Cleide rebate acusações de perseguição



Senadora afirma que objetivo das violações é eleitoral

A Receita Federal admitiu que 140 cidadãos tiveram o sigilo fiscal violado. Entre eles estão vários políticos e pessoas ligadas ao PSDB, como o primeiro suplente da senadora, o pecuarista Antonio Russo Netto.

A parlamentar disse que o PSDB pedirá à Procuradoria-Geral da República que investigue o caso.

Fátima Cleide (PT-RO) rebateu ontem declarações de senadores da oposição que acusaram o governo de fazer perseguição política. Referindo-se à quebra de sigilos fiscais dentro da Receita Federal, a senadora disse que o governo já se manifestou por meio de nota. Ela acrescentou que o PT responsabilizará aqueles que fazem afirmações com o objetivo de “aterroizar o país”.

A senadora chamou a atenção para a importância da Lei da Ficha Limpa. “Estamos construindo a cultura da responsabilidade política. E responsabilidade implica também compromisso”, afirmou.

Fátima Cleide registrou



Para Fátima Cleide, afirmações visam “terrorizar o país”

reunião ocorrida na segunda-feira sobre a criação do Comitê Gestor do Polo Moveleiro de Porto Velho.

Ela destacou ainda a apresentação, na terça passada, da carta-compromisso “Pela garantia do direito à educação de qualidade – uma convocação aos futuros governantes e parlamentares do Brasil.”

## CCJ aprova a prorrogação da CPI do MST até janeiro de 2011

A prorrogação dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (CPI do MST) por 180 dias foi decidida, ontem, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O relatório da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) foi pela aprovação do requerimento nesse sentido, apresentado pelo presidente da comissão mista, o deputado federal Onyx Lorenzoni (DEM-RS), e por outros parlamentares. Votaram contra a medida Eduardo Suplicy (PT-SP), Serys Slhessarenko (PT-MT) e Inácio Arruda (PCdoB-CE).

A manifestação da CCJ sobre a questão de ordem deverá subsidiar a decisão final sobre o assunto, a ser dada pelo Plenário do Senado. Se o pedido de prorrogação prevalecer, os trabalhos da CPI do MST vão se estender até janeiro de 2011.

A comissão foi criada para investigar eventuais irregularidades em convênios e contratos firmados entre a União e organizações não governamentais ligadas à questão agrária. Seu encerramento estava previsto para 17 de julho de 2010. Dez dias antes, o relator da comissão, deputado federal Jilmar Tatto (PT-SP), chegou a apresentar o relatório final dos trabalhos e foi aberto o prazo de vista coletiva até o dia 14 de julho. Justamente nesse dia foi lido, no Plenário do Senado, o requerimento de prorrogação do funcionamento da CPI do MST.

Na ocasião, Suplicy questionou a legitimidade do Senado para decidir a questão, já que, em sua opinião, por se tratar de CPI mista, o requerimento deveria ser levado a sessão do Congresso. Assim, resolveu apresentar questão de ordem



Suplicy questiona legitimidade do Senado para decidir sobre CPI mista

para submeter a prorrogação da CPI do MST à concordância expressa e conjunta da Câmara e do Senado. A matéria acabou sendo encaminhada à CCJ como recurso interposto ao requerimento de Onyx Lorenzoni.

### Questão de ordem

O presidente da CCJ, Demostenes Torres (DEM-GO), e o senador Valter Pereira (PMDB-MS) apelaram para que Suplicy desistisse da questão de ordem, argu-



Kátia Abreu, relatora, aprova pedido para prorrogar trabalhos da comissão

mentando que o pedido de prorrogação era legal. Já Kátia Abreu apontou “incoerência” no comportamento do senador petista, que, em 2004, teria aprovado a prorrogação da CPI do Banestado – um imbróglio envolvendo governistas e oposicionistas.

A temperatura no debate subiu quando Suplicy afirmou que quem pede prorrogação dos trabalhos agora deixou de comparecer a diversas sessões de depoimentos.

## Rosalba propõe benefício para as gestantes

A senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) propôs que as gestantes inscritas no programa Bolsa Família recebam um valor adicional, para que possam se alimentar melhor, tomar remédios recomendados e preparar o enxoval do bebê. Segundo ela, o pagamento do adicional deve se prolongar por mais alguns meses após o parto.

– Se o governo federal não fizer isso, pelo menos no meu Rio Grande do Norte vamos pagar esse acréscimo. Sou médica e sei o quanto é importante para os bebês a boa alimentação e a tranquilidade da futura mãe.

Rosalba lembrou que era prefeita de Mossoró (RN) quando o governo Fernando Henrique Cardoso lançou o programa Bolsa Escola e sua prefeitura foi uma das primeiras a implantar o programa, com apoio federal.

A senadora também criticou a situação dos hospitais e postos de saúde do Rio Grande do Norte.

## Maciel ressalta importância de Nabuco para o país



Marco Maciel

O senador Marco Maciel (DEM-PE) salientou ontem que 2010 é o Ano Nacional Joaquim Nabuco, celebração instituída pela Lei 11.946/09, oriunda de projeto de sua autoria. Nabuco faleceu nos Estados Unidos, em 1910, quando era embaixador. Maciel lembrou que várias homenagens e eventos foram realizados este ano para mostrar a importância das ideias de Nabuco.

– A grandeza dos textos de Nabuco, sua perenidade, o alcance moral dos seus ensinamentos fazem dele mais que um autor, um mestre, vocacionado não para ensinar, mas para educar.

Para o senador, Nabuco se preocupou também com questões institucionais do Brasil e, se vivo fosse, defenderia as reformas política e institucional.

– Podemos dizer que Nabuco continua com uma agenda extremamente atual, posto que os temas que versou ainda constam da agenda brasileira.

Senadores e especialistas destacam importância de instituições comunitárias para a expansão do ensino superior no país e defendem projeto que fixa suas prerrogativas



Fátima Cleide, presidente da CE, apoia parcerias entre sociedade e governo para se criarem entidades de ensino de qualidade

# Universidades comunitárias podem ganhar marco legal

A APROVAÇÃO DE projeto que trata da definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das instituições comunitárias de Educação Superior (Ices) foi defendida ontem em audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O projeto, de autoria da deputada Maria do Rosário (PT-RS), ainda está em exame na Câmara.

O senador Belini Meurer (PT-SC) explicou que sua intenção, ao propor a audiência, era esclarecer como o poder público poderá se utilizar dessa rede de universidades para ampliar ainda mais a abrangência do ensino superior. Flávio Arns (PSDB-PR) destacou que quase um terço dos estudantes de ensino superior frequentam universidades comunitárias.

Na opinião da presidente da CE, senadora Fátima Cleide (PT-RO), é possível fazer parcerias entre a sociedade civil e o poder público

com o intuito de criar instituições de ensino superior de qualidade.

Tais parcerias, na avaliação da senadora Niura Demarchi (PSDB-SC), devem ser intensificadas para que a sociedade receba serviços de qualidade. Por conhecerem as necessidades locais, destacou a senadora Selma Elias (PMDB-SC), as entidades comunitárias podem oferecer uma boa educação.

O presidente da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (Abruc), Vilmar Thomé, disse que as universidades brasileiras podem constituir uma excelente alternativa de desenvolvimento para o país.

Nas últimas décadas, lembrou Mário César dos Santos, vice-presidente da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe), a sociedade civil vem criando instituições educacionais de ensino superior em cidades do interior.

Já a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) afirmou que, quando o poder público não tem condições de manter a capilaridade do sistema educacional, as comunidades podem prestar um importante papel.

O marco regulatório sugerido pelo projeto de Maria do Rosário, segundo Ademir Picanço de Figueiredo, do Ministério da Educação (MEC), visa oferecer um modelo diferenciado de educação e atende aos anseios da sociedade.

Também participaram do debate o presidente da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (Anec), padre José Marinoni; o vice-presidente da Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas (Abiee) Euler Pereira Bahia; e o representante do Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (Comung), João Pedro Schmidt.

## Aprovado fundo para financiar educação profissional

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto de lei do senador Paulo Paim (PT-RS) que cria o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador (Fundep). A matéria (PLS 274/03) ainda será analisada pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE), onde terá decisão em caráter terminativo.

O Fundep amplia a rede de ensino técnico, melhora a estrutura já existente e qualifica professores e corpo administrativo, entre outras medidas. A queda no número de matrículas

e a estabilização na oferta de cursos profissionalizantes são circunstâncias que motivaram a apresentação da proposta.

Ao apresentar seu parecer favorável ao projeto, o senador Demostenes Torres (DEM-GO) ressaltou que o Fundep deverá receber, entre outros recursos, 5% das verbas do Fundo do Amparo ao Trabalhador (FAT) e 7% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Na sua avaliação, a proposta deve revolucionar o ensino profissional no país.

“Essa estabilização na oferta de cursos de educação profissio-

nal de nível técnico é bastante sentida pelos jovens de famílias de renda mais baixa, para os quais a universidade representa um sonho mais distante”, disse o relator em seu voto. Demostenes frisou que o mercado de trabalho precisa de profissionais de nível técnico. “Essas constatações evidenciam a necessidade de a educação profissional ser provida por uma fonte segura de financiamento”, concluiu o relator.

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO) também elogiou a proposta, afirmando que essa “é a verdadeira educação que vira emprego”.

## Arns elogia ações da Semana da Acessibilidade

O senador Flávio Arns (PSDB-PR) elogiou o Senado pelas atividades realizadas durante a Semana Nacional da Acessibilidade, de 21 a 28 de agosto. E parabenizou o Senado Inclusivo (programa de valorização da pessoa com deficiência) pela realização da mostra *Arte Superando Barreiras*, que trouxe ao Salão Negro obras da artista plástica mineira Kátia Santana, acompanhada pelo violonista Evaldo Leoni. Kátia tem paralisia cerebral e Evaldo é deficiente visual.

– Essa mostra enriqueceu a vida de quem apreciou as obras e viu a própria artista em atuação – disse.

Arns elogiou também o trabalho das associações de pais e amigos dos excepcionais, as Apaes, por todo o país. O senador informou que essas instituições valorizam o conceito de que as

pe s s o a s com deficiência podem, elas mesmas, defender os seus próprios direitos.



Flávio Arns

## Voto de pesar pela morte de Dorina Nowill

Flávio Arns apresentou, em Plenário, requerimento com voto de pesar pela morte de Dorina de Gouvêa Nowill, aos 91 anos, ocorrida no último final de semana, em São Paulo. O senador lembrou que Dorina ficou cega aos 17 anos, devido a uma infecção ocular, passando então a se dedicar à conquista da cidadania pelas pessoas cegas. Pedagoga, ela criou em 1946 uma fundação para produzir e distribuir livros em braile. A entidade, disse, tem salas de capacitação em informática e ambientes para ensinar os cegos a lidar com utensílios caseiros e a organizar a própria casa.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Papaléo Paes • Serys Slhessarenko • Moza-rildo Cavalcanti • José Bezerra • Jayme Campos • Selma Elias

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide  
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira  
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.

CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

## Empregado público poderá atuar em conselho

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto do governo que trata da participação de empregados nos conselhos de administração das empresas públicas.

De acordo com o texto, os representantes serão escolhidos entre os empregados ativos das empresas públicas, pelo voto direto dos trabalhadores, em eleição organizada em conjunto com os sindicatos que os representem. A norma só abrangerá as entidades com mais de 200 empregados próprios.

O texto segue para a Comissão de Constituição e Justiça.

## Reserva de vagas para indígenas em concursos

Concursos públicos poderão ter percentual de vagas reservado aos indígenas proporcional ao tamanho de sua população no ente federativo responsável pela seleção. Para tanto, seriam observados os resultados do último censo do IBGE. Projeto com esse objetivo (PLS 155/00) foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A proposta, do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), altera o Estatuto do Índio e estabelece que a lei vigore por 20 anos. A decisão terminativa caberá à CCJ.

## Cavalcanti apela por educação tecnológica

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) apelou ao governo federal pela implantação de mais institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifets) em municípios no interior da Paraíba. Ele frisou que, com a instalação desses institutos, será possível evitar a evasão de talentos para as capitais de outros estados do país.

– Não se trata de um problema de qualidade, mas de quantidade e alcance. Penso ser imperativo que o ensino superior, em geral, e o tecnológico, em particular, se interiorizem cada vez mais.

## Rosalba ressalta realizações em favor de Mossoró

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) comemorou a inclusão, pela revista *Veja*, da cidade de Mossoró, no interior do Rio Grande do Norte e administrada por ela em três mandatos, na lista das cidades de médio porte do país que estão se desenvolvendo e gerando emprego e renda.

– Com gestão honesta e planejamento, é possível fazer inovações e mudanças no Nordeste – afirmou, citando as realizações que beneficiaram Mossoró.



Fotos de Cristiano Gallo/Senado Federal



A relatora Niura Demarchi (E) defende projeto que institui os medicamentos de uso veterinário. Rosalba Ciarlini (D) preside a reunião da Comissão de Assuntos Sociais

# Avança proposta que institui genéricos para uso veterinário

Com base na legislação e na experiência de adoção de medicamentos genéricos de uso humano, projeto aprovado ontem pode resultar em preço mais baixo e em maior confiabilidade desses remédios no mercado nacional

INSPIRADA NA LEI 9.787/99, que instituiu o medicamento genérico de uso humano no país, proposta que cria um sistema semelhante para os medicamentos de uso veterinário (PLC 3/05) foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e encaminhada ao Plenário para votação em regime de urgência.

Segundo a relatora, Niura Demarchi (PSDB-SC), os impactos esperados pela entrada dos medicamentos genéricos de uso veterinário no mercado nacional são redução de preços, maior confiabilidade dos produtos, au-

mento da concorrência entre os fabricantes e impulso à produção nacional. O barateamento desses medicamentos poderá resultar em melhor cuidado dos animais, o que se traduzirá em menor risco de exposição das pessoas às doenças transmitidas por eles.

De acordo com o texto, medicamento genérico de uso veterinário é aquele que contém os mesmos princípios ativos do medicamento de referência de uso veterinário, com a mesma concentração, forma farmacêutica, via de administração, posologia e indicação terapêutica, podendo

ser com este intercambiável.

Devem ser comprovadas a sua bioequivalência, eficácia e segurança com o medicamento de referência por meio de estudos farmacêuticos. Para registro junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, deverão ser comprovados requisitos de bioequivalência em relação ao medicamento de referência, equivalência terapêutica nas espécies animais a que se destina, além de taxa de excreção, determinação de resíduos e período de carência equivalentes aos do medicamento de referência.

O texto determina ainda prioridade para o medicamento genérico de uso veterinário nas aquisições do setor público e autoriza o Ministério da Agricultura a adotar medidas especiais relacionadas a registro, fabricação, tributação e distribuição com a finalidade de estimular o uso do genérico veterinário no país.

Os senadores Augusto Botelho (sem partido-RR), Flávio Arns (PSDB-PR), Marisa Serrano (PSDB-MS) e Rosalba Ciarlini (DEM-RN) destacaram a importância da proposta para o setor agropecuário.

## Oferta de alimentação especial para estudantes volta à Câmara

A oferta de alimentação especial aos estudantes de escolas públicas que por questões de saúde não podem comer a refeição regular é o objetivo de projeto aprovado ontem, em turno suplementar, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O projeto da Câmara (PLC 187/09) recebeu decisão terminativa e voltará àquela Casa se não houver recurso para exame pelo Plenário do Senado.

A proposta é um substitutivo do senador Paulo Paim (PT-RS) que amplia o alcance da proposta original, segundo a qual a oferta de alimentação diferenciada aos estudantes das escolas públicas deveria ser feita aos portadores de diabetes, de hipertensão ou de anemias. O autor da matéria é o deputado

Celso Russomanno (PP-SP).

O projeto aprovado altera a lei que dispõe sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae – Lei 11.947/09) e determina que a oferta de alimentação diferenciada seja baseada em recomendações médicas e nutricionais. Estabelece ainda a necessidade de regulação para esses casos.

A CAS também aprovou, em turno suplementar e em caráter terminativo, substitutivo a projeto (PLS 330/08) de Cristovam Buarque (PDT-DF) que tem por objetivo evitar que pessoas com deficiências permanentes já comprovadas tenham de refazer exames médico-periciais a cada vez que solicitarem benefícios. A dispensa, entretanto, não será irrestrita.

## Em Discussão retrata debate sobre mortalidade materna

A presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), distribuiu ontem aos integrantes do colegiado a mais recente edição da revista *Em Discussão*, que trata da redução da mortalidade materna. O tema foi debatido em audiência pública da comissão. A senadora destacou o trabalho realizado pela equipe do *Jornal do Senado*, que a editou, e ressaltou a “sensibilidade” na produção da capa da revista. Também elogiou a publicação o sena-

dor Flávio Arns (PSDB-PR).

A revista *Em Discussão* é um projeto da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado (Secs). O objetivo é divulgar mais amplamente as audiências públicas realizadas nas comissões da Casa para ouvir a sociedade. Com periodicidade mensal, a revista ajuda o leitor a entender o tema por meio de infográficos, textos complementares, matérias e fotografias. A publicação também pode ser lida na internet: [www.senado.gov.br/emdiscussao](http://www.senado.gov.br/emdiscussao).



Valter Pereira afirma que senadores farão apenas ajustes na proposta, enquanto juiz critica redução de recursos e procurador quer melhor diálogo entre o magistrado e as partes



Marcelo Rabello, Odím Brandão Ferreira, Valter Pereira (relator do projeto), Luciano Athayde e Elpidio Donizetti Nunes

## “Novo CPC deve ser de todos os operadores do Direito”

O NOVO CÓDIGO de Processo Civil (CPC) deve pertencer a todos os operadores do Direito, e não a um único segmento, afirmou ontem Valter Pereira (PMDB-MS), relator da comissão temporária que examina projeto de reforma do CPC. Ele se manifestou durante debate realizado com procuradores, magistrados, advogados e defensores públicos, entre outros.

O senador disse que as sugestões apresentadas pelos convidados ajudarão a aperfeiçoar o projeto. No entanto, explicou que os senadores farão apenas ajustes no texto que deu base à proposta, elaborado por uma comissão de juristas que trabalhou sob a coordenação do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luiz Fux.

Luciano Athayde Chaves, presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, sugeriu mecanismos de forma a contribuir para o melhor andamento de processos

trabalhistas.

Ao comentar a tendência de a reforma do Código de Processo Civil reduzir as possibilidades de recursos, Chaves opinou que tal medida não tem consenso.

Já o representante da Associação Nacional dos Procuradores da República, Odím Brandão Ferreira, propôs que o novo CPC contenha dispositivos que permitam um melhor diálogo entre o juiz e as partes do processo judicial.

Conforme o procurador, atualmente a comunicação entre o juiz e as partes ocorre de forma assimétrica. Como exemplo, observou que, no caso de embargo de declaração, o juiz não é obrigado a responder a todas as perguntas.

– Ele responde e fundamenta sua decisão conforme entender, de acordo com sua consciência – disse Odím Brandão. Na sua opinião, o novo código deve estabelecer que todo argumento da parte que puder dar ganho de

causa deve ser respondido pelo juiz. Segundo ele, essa posição é defendida pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso.

Por sua vez, João Carlos Souto, presidente do Fórum Nacional da Defensoria Pública Federal, defendeu que o novo código assegure aos advogados públicos o recebimento de honorários sucumbenciais – pagos aos advogados da parte vencedora pela parte que perdeu a causa. Para assegurar que os honorários fiquem com os defensores públicos, o fórum sugeriu emenda ao projeto, apresentada pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

Também participaram do debate Marcelo Rabello de Souza, presidente Associação Nacional do Ministério Público Militar; Elpidio Donizetti Nunes, presidente da Associação Nacional dos Magistrados Estaduais; e Holden Macedo da Silva, representando o defensor público-geral da União, José Rômulo Sales.

## Casagrande visita STF para tratar do novo CPP

O Supremo Tribunal Federal (STF) indicará grupo de especialistas para dar contribuições do órgão ao projeto de novo Código de Processo Penal (CPP). A iniciativa foi acertada ontem, em encontro entre o relator da matéria, Renato Casagrande (PSB-ES), e o presidente do Supremo, ministro Cezar Peluso.

O diálogo entre o grupo e a equipe que está assessorando Casagrande se prolongará até o fim de setembro, para que seja possível concluir a votação

final do relatório do senador até outubro. O projeto (PLS 156/09) já estava caminhando para sua terceira e última sessão de discussão, em Plenário, no mês de junho, quando o STF encaminhou ao Senado um pedido de adiamento, para que pudesse examinar o texto e oferecer contribuições.

O STF argumentou pela necessidade de avaliar “o impacto que a nova legislação acarretará na Justiça de todo o país”. Outro motivo para a prorrogação do

prazo, segundo Peluso, seria analisar a “aderência do projeto à jurisprudência dos tribunais superiores, conferindo maior efetividade ao novo código”.

Não houve discussão sobre pontos específicos do texto durante o encontro fechado entre Casagrande e Peluso. O entendimento teria sido apenas em torno de procedimentos e prazos.

Um dos objetivos do novo CPP é tornar mais ágil as decisões relativas a matéria penal.

## Jayme Campos ressalta trabalho de parlamentares

Jayme Campos (DEM-MT) ressaltou ontem a importância de várias leis elaboradas pelo Senado nesta legislatura, indispensáveis, segundo ele, para o funcionamento das instituições e para a manutenção e melhoria do Estado de direito no país.

Na avaliação do senador, o Congresso Nacional, e o Senado especialmente, têm dado exemplos cada vez maiores de seu compromisso com a cidadania, ao promover, por exemplo, a reforma em curso dos códigos de Processo Penal e Civil, bem como do Código Eleitoral.

Para Jayme Campos, o novo Código Eleitoral, que começa a ser preparado no Senado, deverá se tornar o marco de uma “verdadeira reforma política, independente dos interesses partidários menores e das conveniências da máquina governamental do momento”.

Em apartes, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apoiaram o pronunciamento.



Segundo Jayme Campos, novas leis fortalecem Estado de direito no país

## Valadares explica a vigilantes projeto de adicional

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) esclareceu ontem que as mudanças do Senado ao projeto (PLC 220/09) que concede adicional de 30% de periculosidade aos vigilantes evitarão que ele seja vetado pelo presidente da República. O projeto que chegou da Câmara “na prática concedia o adicional a quase todos os trabalhadores”, disse.

Valadares explicou que dava os esclarecimentos porque sindicatos de vigilantes haviam criticado cerca de 30 senadores que assinaram requerimento, inclusive ele, em dezembro de 2009, para que a matéria fosse ao Plenário, o que impediu que o projeto fosse aprovado de forma definitiva e enviado diretamente ao presidente da República. No Plenário, o líder do governo pediu o exame da Comissão de Assuntos Econômicos, que cortou o adicional para trabalhadores com risco de acidente de trânsito ou acidente de trabalho, mantendo o dos vigilantes.



Valadares afirma que mudanças do Senado evitarão vetos ao projeto



Conquista do interior pela emissora não foi fácil, ressaltou o senador

## Mozarildo celebra os 38 anos da TV Amazonas

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) comemorou os 38 anos de fundação da TV Amazonas, da Rede Amazônica de Telecomunicações. A emissora, líder das afiliadas de Rondônia, Roraima e Amapá, tem como diretor-presidente o jornalista e empresário Philippe Daou.

O parlamentar afirmou que a TV Amazonas entrou em operação em 1972. Inicialmente afiliada à TV Bandeirantes, informou, hoje é afiliada à Rede Globo.

– A conquista do interior do Amazonas não foi fácil. Como não havia satélite, foram instaladas retransmissoras em várias cidades. A dificuldade era que a transmissão das notícias era feita por fitas-cassete transportadas por canoas, pequenos aviões, ônibus e até no lombo de animais – relatou.

Augusto Botelho (sem partido-RR), Fátima Cleide (PT-RO) e Jefferson Praia (PDT-AM) também elogiaram a emissora amazonense.



Francisco Dornelles também diz que exportações não devem ser tributadas

## Dornelles defende desoneração de investimentos

Francisco Dornelles (PP-RJ) fez um apelo aos candidatos à Presidência da República que vêm pregando em suas campanhas uma “ampla e profunda reforma tributária”, para que aproveitem os projetos que o Senado já aprovou nesse sentido e privilegiem, sobretudo, a desoneração dos investimentos e das exportações.

– Não tem sentido tributar investimento no Brasil. Realmente é uma distorção que não pode ser aceita e muito menos a tributação da exportação – disse.

Para o senador, o problema do sistema tributário brasileiro é federativo, exigindo a participação da União, dos estados e dos municípios na renda nacional e o debate sobre o montante da carga tributária que será transferida anualmente do setor privado ao público.

Essa reforma tributária é “muito mais difícil do que tem sido apresentada à sociedade”, admitiu Dornelles.

## STF: Lei de Drogas tem regras inconstitucionais

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem, por 6 votos a 2, que são inconstitucionais os dispositivos da Lei de Drogas (Lei 11.343/06) que proíbem a conversão de pena privativa de liberdade em pena alternativa para condenados por tráfico de drogas. Segundo os ministros do STF, cabe ao juiz de execuções criminais decidir, em cada caso, se há os requisitos necessários para a conversão da pena.

A Lei 11.343/06 veda ex-

pressamente, em seus artigos 33 e 44, a conversão de penas privativas de liberdade em restritivas de direitos – como pagamento de multa, prestação de serviços à comunidade e doação de cesta básica. Na interpretação do STF, no entanto, o Congresso Nacional extrapolou suas atribuições ao estabelecer a proibição.

“Vislumbro, nessa situação, um abuso do poder de legislar por parte do Congresso Nacional, que, na verdade, culmina

por substituir-se ao próprio magistrado no desempenho da atividade jurisdicional”, disse o ministro Celso de Mello.

A posição do STF foi manifestada na análise de *habeas corpus* impetrado em defesa de um traficante condenado a um ano e oito meses de reclusão. Para os ministros do Supremo, é atribuição do juiz da causa resolver se a pena pode ser convertida em sanção restritiva de direito, visando à sua ressocialização.